

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.299.474 - RJ  
(2018/0124289-1)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : ONCOTECH ONCOLOGIA LTDA S/C  
**ADVOGADO** : DANIEL FERREIRA DA PONTE - RJ095368  
**ADVOGADOS** : BIANCA MARIA DE SOUZA MACEDO PIRES E OUTRO(S) - RJ148026  
ALESSANDRO TORRESI - RJ165666  
PAULO FERREIRA CHOR - RJ162096  
OHANNA MAUL MARQUES - RJ184136  
**AGRAVADO** : CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RJ  
**ADVOGADOS** : RACHEL DE OLIVEIRA NASSER E OUTRO(S) - RJ090053  
ROBERTO CARDOSO PONTES DE MIRANDA FILHO - RJ096295  
JULIANA PEREIRA FARO - RJ123504

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE RESOLUÇÃO CONTRATUAL. ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO. OFENSA CONFIGURADA.

1. Ação declaratória de resolução de contrato.

1. Há ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem deixa de se manifestar expressamente sobre questão suscitada nos autos e relevante para o julgamento da causa.

2. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido, e nessa extensão, provido.

**DECISÃO**

Em virtude das razões apresentadas no agravo interno (e-STJ fls. 455/461), reconsidero a decisão agravada proferida às e-STJ fls. 449/451, e passo a nova análise do agravo em recurso especial interposto por ONCOTECH ONCOLOGIA LTDA S/C, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 03/11/2015.

**Concluso ao Gabinete em:** 06/06/2018.

**Ação:** declaratória de resolução de contrato ajuizada por

ONCOTECH ONCOLOGIA LTDA S/C em face da CAIXA DE ASSISTÊNCIA  
DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RJ.

**Sentença:** julgou procedente o pedido para reconhecer a resolução do contrato firmado entre as partes e condenar a ré ao pagamento da quantia de R\$ 573.328,49, corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora a partir da citação. Fixou os honorários advocatícios em R\$ 3.000,00, na forma do art. 20, §4º do CPC/1973.

**Acórdão:** negou provimento à apelação interposta pela ora agravada e deu provimento ao apelo da agravante, para majorar o valor da verba honorária para R\$ 15.000,00, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC/1973.

**Embargos declaratórios:** opostos pela agravante, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 20, §3º e 535, II, do CPC/1973, bem como divergência jurisprudencial. Aduz que o Tribunal de origem omitiu-se acerca do art. 20, §3º, do CPC/1973. Defende que "os honorários devem ser arbitrados entre 10% e 20% do valor da condenação, por se tratar de ação condenatória".

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/73

**- Da negativa de prestação jurisdicional**

As razões recursais tecidas acerca da suposta omissão do TRF 2ª Região residem no argumento de que, apesar de instado a se manifestar por meio de embargos declaratórios, o órgão jurisdicional ficou-se silente, especialmente, no que concerne à alegação acerca da necessidade de aplicação do art. 20, §3º, do CPC/1973 (com correspondência na primeira parte do art. 85, § 2º, do CPC/2015),.

Da análise do processo, constata-se que o Tribunal de origem, ao julgar os embargos de declaração interpostos pelo recorrente, foi omissa

quanto ao referido argumento, em especial acerca da tese de que "os honorários devem ser arbitrados entre 10% e 20% do valor da condenação, por se tratar de demanda de cunho eminentemente condenatório". Verifica-se que a questão foi objeto de devida insurgência tanto nas razões da apelação, quanto nas razões dos embargos declaratórios opostos.

Assim, impõe-se a cassação do acórdão que apreciou os declaratórios, a fim de que esse se pronuncie, na esteira do devido processo legal, acerca do ponto elencado.

Por conseguinte, tenho por prejudicada a análise das demais matérias insertas no recurso especial.

Forte nessas razões, CONHEÇO o agravo, para CONHECER PARCIALMENTE o RECURSO ESPECIAL, e nessa extensão, DAR-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e V, a, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, para: a) anular o acórdão que julgou os embargos de declaração interpostos pela recorrente; e b) determinar a remessa dos autos ao TRF 2ª Região, a fim de que esse se pronuncie, na esteira do devido processo legal, sobre os argumentos elencados nos embargos de declaração opostos ao acórdão recorrido.

Previno as partes de que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
Relatora